

Debates em Moura/Barrancos

Resumo da segunda reunião

No dia 9 de Outubro de 2007 decorreu em Moura uma reunião com sete residentes deste concelho, organizada pelo Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-ISCTE), em parceria com a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), no âmbito do projecto LIFE 'Recuperação do habitat do lince-ibérico no Sítio Moura/Barrancos' (LIFE06 NAT/P/000191).

Esta iniciativa insere-se nas acções de sensibilização e participação do público previstas neste projecto, e tem como objectivo conhecer a perspectiva de diferentes pessoas e grupos da região de Moura/Barrancos acerca das potencialidades e dos problemas concretos da zona. Pretende-se também contribuir para reunir informação relevante para a elaboração de planos de gestão das áreas rurais incluídas neste Sítio Natura 2000.

Apresenta-se em seguida uma síntese das principais ideias expressas pelos participantes relativamente ao futuro da região e à gestão das áreas Natura 2000. Participaram nesta reunião um proprietário local, um gestor de caça, dois membros da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, dois membros da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura e um membro da Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental de Santo Amador. O resultado deste encontro é aqui sintetizado, procurando dar relevo às diferentes perspectivas a que os participantes deram voz.

Resumo da reunião

O contexto actual

Em geral a zona de Moura/Barrancos é caracterizada como tendo mudado pouco nos últimos anos. Sendo considerada uma zona com pouco desenvolvimento, são apresentadas algumas soluções para colmatar as dificuldades sentidas, que revelam diferentes perspectivas sobre o tipo de desenvolvimento desejado para esta zona.

Para uns, sendo uma zona onde tem existido pouco progresso a nível de actividades económicas, é necessário investir mais no desenvolvimento agro-industrial, para transformação de produções locais. As culturas agrícolas e a exploração florestal são vistas como pouco valorizadas e é manifestada a dificuldade sentida em participar na negociação de estratégias a nível regional que dêem resposta a esta situação. Ainda que localmente se tenha investido na qualidade da produção agrícola, o facto de grande parte destes concelhos estar inserida na Rede Natura traz consigo limitações e restrições à criação de infra-estruturas que dificultam a expansão de algumas actividades económicas. E sem estas infra-estruturas, o cenário de despovoamento e envelhecimento já existente tenderá a agravar-se.

Para outros participantes as mudanças sociais passam antes pelo empreendedorismo local e pelo reconhecimento do valor comercial dos actuais recursos naturais e produtos deles derivados e das actividades relacionadas com a agricultura, sendo necessário investir mais na valorização do património natural desta região. Isto deve ser conseguido compatibilizando os interesses da agricultura com os da defesa do ambiente, porque o património natural da região é único. Soluções integradoras poderão passar pelo turismo orientado para o usufruto da paisagem e da

biodiversidade, ainda que este tipo de iniciativas precise de ser apoiado através de mecanismos de compensação que as tornem sustentáveis.

O Estado e a Conservação da Natureza

De modo geral, os participantes consideram que não tem existido, por parte do Estado, um investimento no desenvolvimento de estratégias para este território que tenham em consideração as especificidades locais. Vários aspectos foram salientados, relacionados com a ausência de uma estratégia de desenvolvimento local/regional:

a) Falta de conhecimento dos técnicos e decisores sobre as especificidades locais, originando decisões baseadas em informação geográfica desactualizada; **b)** Ausência de mecanismos de compensação para manutenção/criação de actividades económicas de baixa rentabilidade mas com menor impacto negativo sobre a natureza; **c)** Desinvestimento em fiscalização que permita corrigir eventuais más práticas, como por exemplo a existência de guarda-florestal; e **d)** Ausência de consulta e discussão pública a nível local.

A Rede Natura 2000

Para alguns participantes a criação da *Rede Natura 2000* é uma forma de preservar as características ‘naturais’ deste território que tem que ser mais adequada às realidades locais. Questionam a definição de zonas protegidas em territórios humanizados devido às limitações que são impostas e à falta de compensações que minimizem os efeitos dessas restrições. Além disso, os próprios critérios de designação dos sítios da Rede Natura são percebidos como ambíguos, podendo o mesmo critério ser usado para incluir ou excluir outras áreas desta região. É questionada a qualidade do trabalho técnico realizado neste sentido, devido à utilização de mapas de referência desactualizados.

Outra posição que emergiu considera no entanto que é necessário investir mais na informação e na discussão do papel que as espécies protegidas têm na conservação dos ecossistemas, nomeadamente dos ecossistemas com intervenção humana, como a exploração agrícola. Deste ponto de vista, deve ser fomentada a discussão sobre perspectivas e projectos para o futuro mas é necessário que a informação científica disponível relativamente ao contributo destas espécies para a manutenção dos ecossistemas locais seja também disponibilizada.

A protecção do Lince-ibérico

De acordo com alguns dos participantes, recorrer ao argumento de que “não se podem explorar os recursos naturais desta região porque o lince pode passar por ali” é desadequado. São apresentados dois motivos para defender esta posição: **a)** as características do território já sofreram bastantes alterações, existindo actualmente poucas áreas em que a espécie pudesse subsistir; e **b)** não existem neste momento exemplares da espécie nesta zona, e a sua reintrodução seria única forma de o lince voltar a habitar este território.

Os principais argumentos apresentados a favor da conservação desta espécie foram **a)** a importância de não deixar desaparecer *nenhuma* espécie, e **b)** o restauro do equilíbrio entre predadores e presas, porque um grande predador como o lince controla a quantidade de predadores mais pequenos que existem. Surgiu também a sugestão de que a sua conservação nesta região poderia passar pela criação de um parque natural destinado a esse efeito, “uma estrutura como existe em Doñana [Andaluzia, Espanha]”. Outra solução poderia implicar “sacrifícios impensáveis”.

O projecto LIFE é visto como sendo uma mais-valia porque contribui para uma gestão adequada dos terrenos em que intervém de uma forma negociada. No entanto, associada ao objectivo do

projecto de recuperação do habitat do linco, a reintrodução deste animal nesta região não recebe muito apoio por parte de alguns participantes por poder estar associado a um aumento de restrições sobre as actividades económicas nas propriedades privadas em que possa vir a habitar. Foi ainda salientado que mesmo existindo algum potencial de atracção turística na reintrodução desta espécie, “não há território sem presença humana suficiente para que ele sobreviva aqui.”

A relação entre a economia local e a conservação da natureza

As opiniões relativamente ao futuro da economia local organizam-se em torno de duas perspectivas:

Alguns participantes consideram que é possível articular a exploração e produção local com a conservação da natureza, podendo ambas ser motivo de orgulho para os residentes (p.ex. ter um azeite de excelente qualidade e ter a maior colónia de morcegos da Europa). Mas é necessária mais informação sobre o papel das espécies protegidas na produção local. Além disso, existem ainda muitas oportunidades de negócio não exploradas e deve-se apostar na diversidade de actividades e valorização de recursos locais ainda pouco explorados (p.ex. figo). É preciso, para isso, incentivar o empreendedorismo local, o trabalho por conta própria e a troca de experiências na comunidade.

Para outros, a melhor estratégia consiste em trabalhar com aquilo que já existe e é típico da região, tentando efectuar a transformação dos produtos dentro da região, para que a riqueza associada a esses processos de transformação aí permaneça. O olival, o porco preto, a caça e o turismo associado ao Alqueva são algumas das apostas seguras a que se deve dar continuidade, mas cujo potencial tem sido constringido por restrições associadas à protecção da natureza.

A opção de manter as características do território através das restrições à sua utilização, sem as respectivas compensações, é criticada pelas repercussões que tem não só para aqueles que vivem directamente da exploração dos recursos naturais, mas também para o resto da comunidade que é afectada indirectamente pela escassez de actividade económica lucrativa. Foi considerado que, num “território humanizado”, não manter as características de exploração de recursos que o caracteriza é sinónimo de não estar a ser incentivada a sua preservação.

Participação pública e desenvolvimento local

Foi salientada a necessidade de um planeamento estratégico mais participado, com mais informação sobre o que se pode ou não fazer e quais os motivos que sustentam estas decisões e com integração de medidas definidas colectivamente com os agentes locais. No global os participantes salientaram como os interesses dos residentes locais não são adequadamente tidos em consideração por não haver “auscultação e diálogo com quem está no território”. Isto tem como consequência uma legislação nacional “cega às contingências, à evolução das coisas, às circunstâncias locais”, com processos de consulta pública ainda muito burocráticos e com pouco envolvimento dos grupos e indivíduos afectados por estas decisões. O agricultor é unanimemente considerado um actor chave nos processos de decisão, mas para esta participação ser devidamente informada deviam “ser dados argumentos a favor da protecção” da natureza a estes agentes locais.

O CIS agradece uma vez mais aos participantes nesta iniciativa a sua disponibilidade e contributo pessoal. Agradecemos também a cedência de instalações por parte da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos. Esta reunião insere-se num conjunto de iniciativas que continuaremos a desenvolver e que podem contribuir para o aprofundamento de parcerias de planeamento-implantação com as comunidades locais que pensamos deverem ser valorizadas.

A equipa do CIS: Carla Mouro (Coordenação), Paula Castro (Coordenação científica) e Rita Gouveia